

Prazo para resolver a crise do aeroporto

Tribunal de Contas deu 30 dias para que os problemas sejam resolvidos. Depois do prazo, poderá decidir pela suspensão das obras

MARCOS ROSETTI
BRASÍLIA

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), Raimundo Carreiro, garantiu ontem ao senador Renato Casagrande (PSB) que vai atrasar por até 30 dias a votação do relatório técnico do órgão, que recomenda a paralisação das obras do aeropor-

to de Vitória devido a superfaturamento de preços.

Caso seja aprovado, o relatório determina a suspensão de repasses de recursos para a obra, além de exigir que ela seja incluída na lista de obras irregulares da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional.

Diante disso, também pode haver uma nova licitação para a rea-

lização das obras, o que será confirmado na reunião de hoje com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, e o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Segundo Casagrande, o ministro lhe deu garantias de que vai esperar a bancada federal capixaba buscar uma solução.

“Isso nos permite buscar ainda um entendimento. Mas a Infraero precisa ter uma conversa mais dura com o consórcio para corrigir algumas falhas apontadas pelo TCU”, afirmou.

O relatório negativo para a continuidade das obras foi apresentado na última terça pela equipe técnica do Tribunal de Contas, que recomenda o bloqueio dos pagamentos e suspensão das obras.

O documento questiona o aumento da obra de R\$ 337 milhões para R\$ 420 milhões sem projeto, e diz que houve superfaturamento de 20% nos preços contratados. Além disso, afirma que não existe garantia de que alguns serviços estejam de fato sendo feitos.

O documento, no entanto, ainda terá que ser aprovado pelo plenário do TCU. Embora estivesse em Brasília, o governador Paulo Hartung não participou da reunião no TCU.

Casagrande admite que são remotas as possibilidades do relatório ser rejeitado.

Os técnicos pedem um prazo de 15 dias para serem fornecidos “nome completo, cargo/função, endereços profissional e residencial atualizados dos técnicos orçamentistas que participaram da elaboração e da aferição, tanto das planilhas orçamentárias contratuais (inclusive aditivos), quanto das peças técnicas enviadas ao TCU, indicando, para cada um deles, as respectivas tarefas desempenhadas”.

Além de propor a suspensão das obras, o relatório quer determinar a responsabilidade de cada um no superfaturamento do contrato.

Obras no aeroporto de Vitória podem ser suspensas

Saiba Mais

RJ / Editoria de Arte

Depois de ser discutido, principalmente, ao longo de 2003, o projeto do aeroporto de Vitória foi licitado no final de 2004. As empreiteiras Camargo Corrêa, Mendes Junior e Estacon foram as vencedoras.

Em janeiro de 2005, foram iniciadas as obras de modernização do aeroporto.

Em meados de 2006, o Tribunal de Contas da União (TCU) fez auditoria das obras e concluiu que havia irregularidades, sendo algumas consideradas graves, como superfaturamentos.

Ainda em 2006, no mês de setembro, o TCU determinou a retenção parcial nos pagamentos dos serviços prestados, por conta das irregularidades encontradas.

Em abril de 2007, o TCU negou pedido do consórcio para suspender o bloqueio parcial dos pagamentos. Naquele mesmo mês, o consórcio paralisou as obras.

Somente em novembro de 2007 as obras do aeroporto foram retomadas, mas em ritmo lento. De acordo com a Infraero, a conclusão do aeroporto, que ficaria pronto inicialmente no ano passado, está prevista para dezembro de 2009.



Fonte: Pesquisa A Tribuna.

Decisão está nas mãos de Lula

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, decide hoje, às 11h30 durante audiência com o presidente Lula, qual solução será adotada para o impasse em torno da continuidade ou não das obras do aeroporto de Vitória. Ele pretende levar duas alternativas ao Planalto: redução de R\$ 46 milhões no custo total da obra ou rompimento do contrato.

A primeira alternativa precisaria ser aceita pelo consórcio, já que o ministro quer evitar possíveis demandas judiciais, o que atrasaria mais a obra.

Ao receber o governador Paulo Hartung e a bancada capixaba, Jobim garantiu que vai se empenhar junto ao Presidente para resolver o problema do Estado.

Na próxima terça-feira, Jobim irá se reunir com diretores da empresa Camargo Corrêa pa-

ra tentar um acordo. Presente à reunião, que contou com a participação dos senadores Gerson Camata e Renato Casagrande, o presidente da Infraero, Sérgio Gaudêncio, não apresentou nenhuma alternativa para o problema.

A reunião no Ministério da Defesa começou tarde porque Paulo Hartung conseguiu ser recebido pela ministra da Casa Civil, Dil-

ma Rousseff. Ele solicitou a liberação de R\$ 80 milhões para dragagem do Porto de Vitória.

Acompanhado do presidente da Codesa, Angelo Baptista, Hartung pediu a inclusão da obra no PAC. A ideia é aumentar o calado de 9,5 metros, para 12,5 metros. Com isso o porto deixaria de perder cargas para o Rio e São Paulo.

O governador esteve mais cedo no Ministério do Meio Ambiente, onde cobrou do ministro Carlos Minc a licença ambiental para a ferrovia Litorânea Sul e para dois portos de águas profundas, em Praia Mole, da CST, e em Ubu, em Anchieta, da Samarco.

Acompanhado da secretária do Meio Ambiente, Glória Abaurre, Hartung foi também ao Ibama tentar firmar uma parceria para exploração sustentável do Parque Nacional do Caparaó.



Carlos Minc recebeu Hartung e Glória Abaurre